

União impede Estados de ter empréstimo externo

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — O Governo federal está impedindo a contratação de empréstimos de mais de US\$ 1 bilhão, junto aos organismos multilaterais de crédito — Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (Bird) — que ainda mantêm linhas de financiamento externo ao Brasil, para projetos ambientais importantes dos Estados do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul. A causa da retenção é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e uma portaria do Ministério da Economia que proíbe a concessão de aval da União para Estados inadimplentes.

Os três projetos vetados pela legislação são considerados tecnicamente como de relevante interesse nacional, principalmente por causa da realização da Conferência Rio-92. Trata-se da despoluição da Baía da Guanabara, que ficaria com US\$ 400 milhões do BID; despoluição do Rio Tietê, que demandaria também cerca de US\$ 400 milhões do Bird; e a despoluição da Baía de Guaíba, calculado em US\$ 250 milhões.

A Coflex (comissão que analisa e autoriza a contratação de

financiamentos externos no âmbito do Ministério da Economia) há três meses não realiza reunião, por causa do impasse nas negociações entre os Estados e a União, para rolagem das dívidas pendentes, que agora aguardam a aprovação do Emendão.

Para evitar a dispensa dos recursos disponíveis, a Secretaria de Planejamento propôs ao Ministério da Economia que seja autorizada a negociação dos financiamentos. A proibição ficaria restrita apenas à contratação do empréstimo.